

SINDICATO DOS TRABALHADORES

. D A

D G . C . I .

COMUNICADO Nº 32/79,

em 25/9/79

A TODOS OS TRABALHADORES:

I

Mais uma vez a Administração vai tomar decisões à revelia dos interesses dos trabalhadores e sem ouvir o Sindicato que os representa.

Segundo as últimas notícias, vão sair os novos quadros e não se ouve o Sindicato. E, no entanto, o projecto elaborado não serve os trabalhadores, não serve a Administração, não serve o país! Há serviços que serão estrangulados. Há locais onde nenhum benefício resultará para ninguém das alterações propostas. O único lucro resulta numa poupança de investimento que se traduzirá num prejuízo múltiplo muitas vezes dessa poupança.

E o Sindicato, que tem o direito constitucional de dar sugestões, não é ouvido mas tem alternativas. O Sindicato fez o que a Administração não teve coragem de fazer: consultou chefes de repartição e directores de finanças para que analisassem as situações nas Repartições e Direcções e o projecto que temos é, na sua maior parte, produto da colaboração desses colegas qualificados "in loco".

E a Administração continua a revelar-se incapaz de inovar, de evoluir e progredir. De nada servem os contactos com outros países mais adiantados. Dizer-se que o que se faz lá fora é bom mas que cá não se pode aplicar, significa apenas que se desbaratam dinheiros do orário público, mas que as pessoas são incapazes de abandonar um conservadorismo caduco.

Quando os trabalhadores quizeram e impuzeram a Reestruturação, eles não pretendiam só uma melhoria económica. Eles queriam que ela fosse a partida para um arranque de evolução, de modernização que os apetrechasse para um cabal cumprimento das funções que cabem ao departamento estadual em que se inserem. Porque os funcionários dos impostos têm brio e consciência profissional. Porque a sua profissão não é só uma forma de ganhar dinheiro mas de uma realização pessoal a que toda a pessoa almeja.

A questão dos novos quadros é importantíssima. É de lamentar o desperfício representado pelo esforço feito durante os cursos para os artigos aspirantes em que uma grande parte deles não terão progresso nas suas carreiras, embora se tenham revelado qualificados para isso! É de lamentar que não se lance uma nova dinâmica,

dinâmica essa que permita colmatar os defeitos tão conhecidos e reconhecidos mas que ninguém parece ter interesse em corrigir. Desses defeitos são testemunha os milhares e milhares de ocos, tantos que não passa pela cabeça dos leigos o seu quantitativo, que o Estado perde por deficiência da sua máquina fiscal! Com a agravante social de tais fugas beneficiarem aqueles que menos precisam desse benefício e onerarem os outros. Com a agravante social e económica das deficiências de tal jaez sobrearregarem o contribuinte para além das prestações pecuniárias que é de justiça que prestem. Já Adam Smith, grande economista, se insurgia com o facto ao dealbar do séc. XIX. Mais de século e meio depois, os responsáveis portugueses ainda não deram por isso? Ou serão, eles também, leigos?

E não se trata só de quadros. Aliás estes não têm só um valor numérico, mas também representam uma estrutura. Mas há mais. Há instalações que não funcionam, são não no papel. Há maquinaria a apodrecer por falta de quem trabalhe com ela (veja-se caso da Repartição Central de Finanças de Lisboa). Há serviços a que podia ser aplicada a informática e não é. Há desperdícios incríveis (v.g. guia fiscal). Em quantas repartições se passam certidões de teor à máquina? E até à mão? Alguém já deitou as tas a quanto representa o prejuízo por esse facto? E é isso que os funcionários dos impostos não querem. A renovação que a Reestruturação iniciou tem de prosseguir! Somos um corpo consciente que o exige!

Agora, que tanto se fala sobre os agravamentos fiscais, sobre incomodidades do público, perguntamos se tudo isso não estaria amenizado com uma Administração eficiente? Será que os impostos indirectos, geradores de injustiças sociais, seriam tão gravosos se tantos recursos não fossem desbaratados? A resposta a esta pergunta sabem-na os funcionários dos impostos!

É preciso que haja renovação de estruturas. Que haja eficiência. Que haja diálogo. Que haja na Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, um espírito de progresso e eficiência, sem crises de autoridade nem de autoritarismo.

A partir daqui, tomaremos as medidas que julgarmos convenientes para a defesa dos direitos dos trabalhadores, sempre os acusados de burocracia e falta de produtividade, mas que estão a ser ultrapassados pelas decisões tomadas por uma administração desfazada das realidades presentes.

Temos o nosso projecto, que divulgaremos e todos poderão julgar qual serve os trabalhadores e Administração. E podemos garantir que os trabalhadores não irão voltar ao tempo de escravos sem voz, nem arcar com a responsabilidade dos serviços continuarem cada vez menos operacionais.

II

E não só neste ponto temos protestos a formular. Há também um clima de repressão a acentuar-se dentro do nosso departamento que repudiamos, contra o qual nos insurgimos e por causa do qual pederemos usar o contra-ataque por meios directos. Suspeita-se do funcionário, mas não se atacam os casos individuais e injustificados do não cumprimento do dever. Não. Lança-se um labéu sobre todos. Vejam-se

as instruções para a distribuição das acessórias, que foram objecto de imediata resposta desta Direcção ao Director-Geral. Veja-se o caso de repartições a quem é ordenada a fiscalização do trabalho de cada funcionário em relatórios quinzenais que nem sequer hão-de traduzir a verdade do trabalho de cada um e que revestem características políticas, medida atentatória dos interesses dos executantes e do chefe, em quem não se confia para dirigir a sua repartição. Se fôr possível a união entre os funcionários (e deve e pode sê-lo) pode responder-se a isto de várias formas que roubem eficácia à medida.

III

Entretanto, actualmente pelo nosso Estatuto os funcionários reformados podem continuar a ser sócios do Sindicato, sendo nós todos potenciais reformados daqui a uns anos, vamos iniciar planos de defesa desses colegas. Para o efeito já pedimos uma entrevista à SEAP. É preciso tomar medidas para que a reforma não continue a ser um espectro que, perante a inflação, amedronte todos os de mais idade. Por dever de justiça, por interesse próprio, todos nos devemos solidarizar com os esforços que forem feitos para resolver esse problema.

IV

As tesourarias continuam em luta. A nós, nenhuma resposta foi dada, nem pelo Director-Geral do Tesouro nem pelo Ministro das Finanças. Vamos insistir. Vamos defender os nossos associados das tesourarias. Entretanto a Federação dos Sindicatos da Função Pública voltam a decretar greve. É objectivamente justa. Corresponde à defesa de um projecto que interessa efectivamente aos trabalhadores. Como tal---e como nos movem outras ^{nunca} considerações sendo a defesa dos interesses dos trabalhadores, perante os quais se devem inclinar todos os outros---nós apoiamos essa greve, solidarizamos-nos com os grevistas e aconselhamos aos nossos associados das tesourarias a sua adesão à dita greve. Pedimos àqueles que assim fizerem que no-lo comuniquem.

V

Lamentamos que não seja ainda possível marcar a Assembleia Geral para a apresentação das contas do Sindicato. A Direcção continua impedida de fazer a sua apresentação correcta porque as comissões distritais não cumpriram o prazo que lhes foi dado para a apresentação das suas. Exceptua-se Santarém. Exortamos os delegados sindicais a que colaborem com as distritais para resolver este impasse.

VI

Registamos com o maior agrado a afluência de declarações autorizando o desconhecimento das quotas no prémio de cobrança. Esperamos que o maior número possível de associados o faça para fortalecer o Sindicato e permitir-lhe desenvolver toda a sua acção em prol de todos nós.

Exortamos todos os associados que assinaram as ditas declarações e têm quotas atrasadas a regularizarem a situação para que os delegados sindicais possam devolver as folhas de quotas e simplificar o trabalho, além de que o Sindicato precisa bastante de

dinheiro antes que o novo sistema entre em vigor, o que vai demorar algum tempo.

VII

Também exortamos todos os detentores de rifas para o sorteio a realizar em Novembro, a promover a sua venda com rapidez e dinamismo. Agora, que já chegaram alguns retroactivos é um dispêndio que se faz sem grande custo. E o sorteio tem fins de grande importância que bem justificam que punhamos todo o nosso empenho nesse objectivo. A ADESE, infelizmente, não cumpre cabalmente a sua missão. Vamos nós, com o nosso esforço, com o nosso espírito de iniciativa suprir algumas dessas deficiências. VAMOS PROVAR QUE SOMOS CAPAZES DISSO.

Se cada um de nós ficar com uma senha e vender outra a um amigo ou familiar, ficaremos com um fundo que permitirá acudir a qualquer desgraça que atinja um de nós. É ou não um objectivo pelo qual vale a pena dar o nosso contributo?

A DIRECÇÃO CONFIA

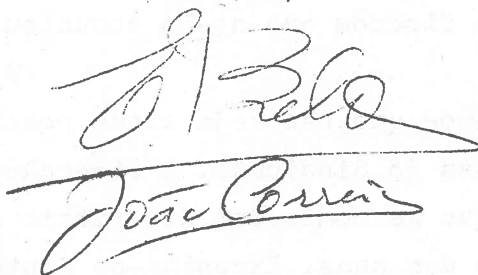
VIII

Este comunicado há-de ser o arranque para uma nova época em que a vontade dos trabalhadores dos impostos será ser tão grandiosa como no passado, como na gesta de Março.

É com esta confiança sem reservas que encerramos este comunicado.

Que ele ajude os trabalhadores dos impostos a traçarem os caminhos de justiça, firmeza e decisão a que já nos habituámos.

A DIRECÇÃO,



João Correia